

AÇÃO DOS 64%

Ministra Cármem Lúcia do STF recebe Agravo Regimental

Cármem Lúcia julgou pedido do Estado sem ter conhecimento de todo o processo.

Estão desde ontem (16) em Brasília, o advogado do Sindijus-PR, Daniel Godoy Júnior e o secretário-geral da Entidade, Mário Cândido de Oliveira. Na tarde desta quinta-feira estiveram no Supremo Tribunal Federal (STF), onde se reuniram com a ministra Cármem Lúcia, a quem deixaram cópias do processo (ação dos 64%) onde estão as decisões favoráveis ao Sindijus-PR, tanto na 1ª Vara da Fazenda Pública, quanto no Tribunal de Justiça. Também entregaram cópias do mandado de segurança, julgado pelo STF em 1994, que proibia o Estado do Paraná a conceder reajustes diferenciados aos servidores. Mário Cândido e Daniel, também protocolaram Agravo Regimental, recurso que pede que a ação dos 64% seja analisada pelos ministros da 1ª Turma do STF.

A ministra Cármem Lúcia recebeu cópia do agravo regimental, afirmando que vai analisar o recurso, embora não pudesse definir uma data para julgamento, mas pretende levar ao plenário em algumas semanas. Declarou ainda, que não precisa pedir para incluir na pauta, pois o recurso pode ser levado em mãos para apreciação. A audiência com a ministra foi solicitada no dia 19 de março passado pelo advogado do Sindicato.

No gabinete do ministro Marco Aurélio, um dos componentes da 1ª Turma, Mário Cândido solicitou audiência, que segundo sua assessoria, deve ser confirmada nos próximos dias. Nessa oportunidade vão procurar contato com todos os ministros que fazem parte 1ª da Turma quando deverão entregar memoriais sobre os principais pontos do agravo.

Reunião com Hoffman será no dia 22

A direção do Sindijus-PR recebeu a confirmação, ontem (16) da designação de nova reunião com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Hoffman para a próxima quarta-feira, 22 de abril, às 16 horas. A administração do TJ aguarda informações da Secretaria da Fazenda para saber como está a arrecadação do Estado neste ano.

Segundo José Roberto Pereira, coordenador-geral do Sindijus-PR, as informações que o Sindicato recebeu do Dieese mostram que a receita continua crescendo, numa média de 8% em relação aos mesmos meses do ano passado.

“Sendo assim, há condições de que o TJ passe a negociar as questões em relação às perdas salariais, atrasados da URV e demais itens da pauta de reivindicações”, diz José Roberto.

O coordenador argumenta ainda, que alguns itens a serem tratados com a administração não estão, necessariamente, vinculados às questões financeiras, como a regulamentação da gratificação dos Juizados Especiais; regulamentação do adicional de combustível aos oficiais de justiça; projeto para alterar a data base dos servidores para 1º de maio; agilizar o andamento dos precatórios das pensionistas e daqueles que assinaram os acordos; participação de um representante da categoria na comissão encarregada de elaborar a proposta do Plano de Cargos e Salários; e um cronograma para resolver as dificuldades nos locais de trabalho.

O Sindijus-PR quer ainda que o presidente do Carlos Hoffman faça contato com o presidente da Assembleia Legislativa para derrubar o veto do governador ao projeto de lei incorpora a URV aos salários dos servidores, uma vez que a proposta foi aprovada pelos desembargadores do Órgão Especial do TJ.

**QUEM PROPAGA A VITÓRIA, CONQUISTA.
QUEM ALARDEIA DERROTA, FRACASSA.**